



Sociedade

Alunos afrodescendentes sobre o ensino da escravatura: “Onde está a minha história?”

Ana Dias Cordeiro

Formação para ajudar professores e mediadores culturais a desconstruir narrativas decorreu esta semana na Gulbenkian

No *workshop* sobre como ensinar a escravatura e o colonialismo nas escolas, organizado na Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa, a professora de História Ana Simões conta como nas suas aulas, do 3.º ciclo e secundário, são os alunos de ascendência africana que mais intervêm. E perguntam – “Onde está aqui a minha história? Quando chegamos à minha história?”. A professora do Agrupamento de Escolas de Santo António, no Barreiro, diz depois ao PÚBLICO que “os alunos estão cada vez mais despertados para a invisibilidade de África no ensino da História”.

A descrição da professora reflecte, em parte, aquilo que a antropóloga portuguesa Raquel Machaqueiro e coordenadora da iniciativa, juntamente com o antropólogo dos Estados Unidos Stephen Lubkemann – “Histórias difíceis, legados difíceis” – vai dizendo aos cerca de 30 participantes da formação. Entre outras coisas, que “as pessoas escravizadas continuam a ser retratadas como o resto das mercadorias que, na altura, eram transaccionadas”.

A primeira semana de formação termina hoje com uma conferência aberta ao público, pelas 18h, conduzida pelo académico Victor Barros, doutorado em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra, Daina Berry, professora da Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, e autora de livros premiados sobre escravatura e resistência das mulheres ao racismo (por vídeo conferência), Candra Flanagan, do Museu Nacional Smithsonian de História e Cultura Afro-Americanas em Washington DC e Cristina Roldão, professora em Sociologia e investigadora do ISCTE-IUL.

Através da apresentação de elementos históricos sobre o papel de Portugal no comércio de escravos, a formação de cinco dias (a que se seguirá outra idêntica na próxima semana) pretende, entre outras coisas, “desconstruir preconceitos ainda enraizados na memória pública” e é essencialmente dirigida a professores de História e de outras disciplinas, mediadores culturais e profissionais das áreas pedagógicas de museus, lê-se no *site* da fundação.

Partindo da representação nos



Associação de Professores de História refere que os manuais incluem as novas aprendizagens essenciais e estas contemplam a escravatura na perspectiva da violência contra os outros povos

manuais, um dos principais problemas identificados “tem a ver com a desumanização das pessoas escravizadas”, alega em entrevista Raquel Machaqueiro, professora de Antropologia na George Washington University, onde se doutorou.

“Para um aluno que, por exemplo, é descendente africano, isto é doloroso. Olha para as imagens do manual, vê a história, e sente que faz parte daquele grupo das pessoas representadas que aceitaram isto, que não lutaram contra esta situação, e isso não é verdade.” E concretiza: “Não há referências às revoltas, às resistências quotidianas das pessoas escravizadas, como se aceitassem resignadamente o seu destino de serem capturados e escravizados. Mas não era assim, como mostram os arquivos da Inquisição”.

Contactado, Miguel Barros, presidente da Associação de Professores de História e autor de manuais desta disciplina, contrapõe com aquilo que diz ser uma preocupação muito presente entre os docentes, igualmente reflectida numa nova abordagem do ensino da História. O professor de História – que, por sinal, será participante na formação na próxima

semana – diz que o interesse manifesto em aderir a este tipo de iniciativas, como ele próprio constata em acções em que é o formador, vem dessa necessidade de conhecer as narrativas diversas dos diferentes actores de uma mesma realidade.

O historiador conta que, quando as associações como aquela a que preside foram contactadas em 2016 pelo então secretário de Estado e depois ministro da Educação, João Costa, para uma transformação dos programas disciplinares dos 2.º e 3.º ciclos e do secundário, aproveitaram “para reformular muita coisa, inclusive a temática da escravatura”.

Contributo cultural africano

As aprendizagens essenciais dos 2.º e 3.º ciclos e do secundário passaram a contemplar referências à violência exercida sobre outros povos, incluindo o tráfico de escravos, e a referir “os contributos culturais dos africanos para as sociedades portuguesa e brasileira”, até então ignorados, explica Miguel Barros.

“Isto implica que os autores dos manuais, que têm de seguir as aprendizagens essenciais, sejam obrigados a partir de agora a referir esses contributos. Desde o século XV que estas pessoas estão em Portugal e desde o

século XV que estas pessoas contribuíram para a sociedade portuguesa. Agora, já não será só a narrativa dos visigodos, dos muçulmanos e dos outros povos anteriores, que obliterava completamente a entrada dos africanos e o contributo deles para a sociedade portuguesa.”

Miguel Barros não se revê na ideia de que o que está a ser mudado é insuficiente, como defende Raquel Machaqueiro, até porque “seria preciso saber o que se passa em todas as salas de aula”, diz. E lembra que “todos os manuais têm de ser certificados por universidades e que cumprir o que está estabelecido nas aprendizagens essenciais”.

Raquel Machaqueiro admite que houve “melhorias naquilo que o Ministério da Educação define como os parâmetros base do programa”, mas entende que “o grande problema continua a ser a interpretação feita desses parâmetros que é depois transposta para os manuais”. Para a antropóloga, “as representações dos alunos com descendência africana nos manuais são difíceis de encaixar com a realidade que vivem”. E sustenta: “As salas de aula são cada vez mais multiculturais. A forma de ensinar estes temas tem de fazer sentido para toda a gente.”

“**Não há referências às revoltas, às resistências quotidianas das pessoas escravizadas**”

Raquel Machaqueiro,
coordenadora da iniciativa

